

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO  
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

10 anos como beneficiários do Programa Bolsa Família: quais efeitos e em quais contextos?  
O Cotidiano do Beneficiário na Zona Sul de São Paulo

Autora: Maria Thereza Rios Hortencio

Orientador: Fernando Burgos

São Paulo - SP

2018

## **Resumo**

A presente pesquisa visa analisar qualitativamente as transformações trazidas pelo Programa Bolsa Família nos beneficiários da periferia de São Paulo. A partir de um aprofundamento teórico abordando questões de pobreza e desigualdade, e aspectos como a multidimensionalidade e a questão geracional e suas consequências, uma análise da Assistência Social no Brasil, posteriormente focalizada em Programas de Transferência de Renda, criou-se a base para emergir no campo. Como pesquisa empírica, houve duas entrevistas com mulheres acadêmicas, a fim de entender ainda melhor o campo de estudo. Posteriormente, imergi no território do Jardim Ângela, a fim de entender tanto o olhar do gestor, com entrevistas no SASF IV, quanto o do beneficiário, a partir de conversas com cinco mulheres em situação de vulnerabilidade. O estudo do tema permitiu entender as limitações do Programa, sua rigidez e a necessidade de articulação entre políticas de proteção social para um efetivo combate à pobreza.

## **Palavras-chaves (5 palavras)**

Programa Bolsa Família, Pobreza, Vulnerabilidade, Proteção Social, Limitações

## 1. Introdução

O interesse pelo estudo da desigualdade social e pobreza veio em conjunto com o amadurecimento adquirido ao longo da graduação de Administração Pública na FGV-EAESP. Com o intuito de entender melhor as diferentes condições a que pessoas poderiam estar submetidas e qual é o papel do Estado nesse tipo de situação, optei por imergir no tema, o que deu luz à presente pesquisa.

Escrever e pesquisar sobre pobreza é, apesar de importante, extremamente sensível. O reconhecimento do meu privilégio diante das diferentes situações estudadas e vividas foi crucial tanto como ponto de partida quanto para o andamento e conclusão da pesquisa. Compreender que enquanto circunstâncias sociais são responsáveis pela minha condição de vida, minha formação e a oportunidade de realizar esta pesquisa, outras circunstâncias são responsáveis pela situação vulnerável das mulheres entrevistadas.

A multidimensionalidade como característica central da opressão dentro de nossa sociedade foi um dos aspectos mais claros na pesquisa. Assim como as beneficiárias entrevistadas, sou mulher e estou também submetida ao patriarcalismo e cenários de silenciamento. Contudo, sou branca e de classe média, enquanto as mulheres desta pesquisa são pobres e algumas delas negras. Tais condições as colocam em uma posição de múltiplos aspectos de vulnerabilidade, diferenciando os tipos de opressão sofridas por mim e por elas.

Dentro do campo de atuações diferenciadas por parte do poder público no combate à pobreza, selecionei como foco de estudo o Programa Bolsa Família (PBF). Desde o início do meu crescente interesse no tema, a política de transferência de renda condicionada me chamou atenção primeiramente, por sua extensão federal, atingindo milhões de pessoas e, em segundo lugar, pelas inovações que traz para o campo da Assistência Social.

Diferentemente de algumas políticas públicas de combate à pobreza ao redor do mundo, o PBF traz uma perspectiva de humanidade para o pobre. Isso acontece, principalmente, em decorrência do fato de que a renda recebida não é vinculada à uma condição de empregabilidade por parte do beneficiário, nem é restrita à compra de algum artigo específico - por exemplo alimentos. Considerando que em nossa sociedade o cenário de pobreza está atrelado a um cenário de invisibilidade, a liberdade que o Programa concede ao pobre trabalha também sua autonomia e autoestima. Somado ao elemento inovador trazido pelo Bolsa Família, seu recorte de gênero foi também um aspecto que chamou minha atenção. O foco da política em mulheres e o entendimento de que elas fariam uma gestão mais eficiente

da renda recebida, considerando seu papel dentro da casa e o cuidado dos filhos foi outra inovação apresentada pela política.

Foi a leitura do livro “Vozes do Bolsa Família” (2013) que fez crescer em mim a importância de entender as mudanças trazidas pelo Programa na vida das pessoas. Quis entender como o dinheiro recebido mensalmente contribui para uma família ou uma mulher, em aspectos qualitativos, ouvindo a trajetória desafiadora de cada uma, suas batalhas diárias, qual o significado da renda para elas e qual o sentido da política em cada vida hoje.

Dessa forma, acredito que não há como entender os aspectos citados de dentro de um Centro de Pesquisa - é necessário ver e conversar com essas mulheres. Por isso, foi realizado um trabalho de campo na região do Jardim Ângela, na Zona Sul de São Paulo, em um território pouco assistido pelo Estado. O objetivo inicial da pesquisa era analisar os efeitos do programa Bolsa Família nas famílias que receberam o benefício por 10 anos continuamente e identificar as principais mudanças na vida de seus membros.

Entretanto, durante o ano, cheguei a conclusão de que a especificidade do período como beneficiário poderia ser um grande restritivo para a análise qualitativa – das cinco mulheres entrevistadas, apenas uma está no programa há 10 anos e mesmo assim não foi continuamente, o benefício foi cortado algumas vezes. Ana Marcia Ramos, assistente social entrevistada, trouxe a visão de que a pessoa permanece no programa por, em média, 5 anos, e que seria uma dificuldade muito grande chegar em meu objetivo inicial com um universo tão restrito. Dessa forma, em busca de uma maior qualidade da pesquisa, optei por focar nas próprias transformações do Bolsa, entrevistando atuais beneficiários, ex-beneficiários e pessoas que querem o Bolsa Família e nunca conseguiram se inscrever regularmente.

Durante o ano, a pesquisa foi dividida em duas grandes partes: primeiramente, foi realizado um aprofundamento teórico no tema, e depois um estudo empírico, contemplando os objetivos iniciais. O relatório está dividido em cinco seções, além desta introdução. A primeira contempla o referencial teórico utilizado como base para toda pesquisa, que abarca uma análise sobre pobreza e desigualdade e seus múltiplos aspectos, a trajetória e desafios da assistência social no Brasil, um contexto sobre programas de transferência de renda e sua literatura, além de um paralelo com os Estados Unidos e, por fim, focalizo a análise no Programa Bolsa Família, tema central do trabalho, com sua trajetória no Brasil, especificidades, operação e uma breve análise qualitativa.

Na segunda parte, descrevo a metodologia utilizada, explicando o uso do aspecto qualitativo para as entrevistas realizadas, além da apresentação dos diferentes atores, como acadêmicos, funcionários públicos e beneficiárias do programa. Ademais, comento sobre a definição do território escolhido para realização do trabalho e critério de escolha das beneficiárias entrevistadas.

Em seguida, são apresentados os resultados do trabalho, com uma reflexão que abrange todo conteúdo estudado durante o ano de pesquisa, desde os aspectos teóricos até a experiência empírica. São analisados aspectos que tangem tanto o Estado e sua função de proteção social, somado ao acesso a serviços públicos, como um todo quanto especificidades do Bolsa Família, com a questão das condicionalidades.

E, por fim, concluo o trabalho com as mudanças de percepção que aconteceram no último ano, noções que se comprovaram e críticas que surgiram. Foram entendidas limitações do programa e da proteção social como um todo, necessidades futuras de estudos de articulação de políticas sociais no Brasil e, também a importância do Programa para sobrevivência de indivíduos vulneráveis.

Em geral, foi um aprendizado intenso, por ser uma temática extremamente sensível de ser entendida em uma posição como a minha. Em todo ano de trajetória, tive ao meu lado uma parceira que me ajudou no desenvolvimento e crescimento da pesquisa, Renata Greco, que leu e discutiu a bibliografia comigo, conversou com profissionais do campo e me acompanhou nas jornadas de campo e conversas com as mulheres entrevistadas, passando em conjunto por uma das experiências mais marcantes de nossas vidas.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 Algumas visões sobre pobreza**

A pobreza é vista cada vez mais como um fenômeno multidimensional. Sendo um estado que indivíduos ou famílias mostram déficits no bem-estar, pode ser definida como a incapacidade de um indivíduo ou família em conseguir recursos suficientes para satisfazer suas necessidades básicas (Fields, 2001).

Ao analisar o âmbito geracional, estudos comprovam a relação direta entre a duração da pobreza ao longo da vida do indivíduo e sua posição social na vida adulta, tornando a intergeracionalidade da pobreza uma realidade. A partir de dados retirados do Painel de Estudos de Dinâmica de Renda (PSID),

estudo realizado anualmente desde 1968 pelo *Survey Research Center* que recolhe informações sobre o *status* social e econômico de famílias pobres, Wagmiller e Adelman trazem as consequências de longo prazo da exposição à pobreza durante a primeira fase da vida. Segundo os autores, quanto mais tempo da infância o indivíduo passou enfrentando um contexto social de pobreza, mais difícil será sair de tal situação quando mais velha, dificultando o ideal de mobilidade social (WAGMILLER & ADELMAN, 2009). É preciso ter em vista, também, a impossibilidade que a criança encontra de mudar sua situação sozinha, uma vez que é dependente dos pais e já vive em condições restritas. Desse modo, o principal objetivo de uma política contra a situação de pobreza é quebrar o elo entre a carência de recursos da família e os efeitos adversos nas crianças (SHANKS & DANZIGER, 2010).

As consequências físicas e psicológicas de crescer em contexto de pobreza são inúmeras e existem desde o nascimento do indivíduo. Primeiramente, temos a questão da saúde física, relacionada com a mortalidade infantil e subnutrição de recém nascidos, o que pode levar a problemas cognitivos e emocionais da pessoa. Em segundo lugar, crianças vivendo abaixo da linha de pobreza têm 1,3 mais chances de ter dificuldade de desenvolvimento e aprendizagem, levando a um risco no desempenho escolar, principalmente no início da vida. Em decorrência de tal contexto, existem resultados comportamentais, tanto interiores, por exemplo ansiedade e depressão, quanto exteriores, como agressão e brigas. Esses *outcomes* também estão relacionados à duração da pobreza, inversamente proporcional: estudos mostram que uma criança que experienciou um ano de pobreza tem maior tendência a ter problemas psicológicos do que uma que sempre foi pobre (BROOKS-GUNN & DUNCAN, 1997).

O estabelecimento de uma previsão para a situação econômica e social do indivíduo a partir de seu contexto de vida é uma das maiores dificuldades quando se pensa em medir e prevenir a pobreza. A persistência da privação vem por diversas causas, muitas vezes não mensuráveis, dado seu caráter amplo de dimensões. Acrescenta-se também o ciclo de pobreza presente como consequência das estratégias utilizadas pelos indivíduos para economizar ao máximo a renda recebida. Exemplos clássicos são a retirada dos filhos da escola, adiamento do auxílio-médico e submissão à condições cada vez piores de trabalho, muitas vezes informal, como abordado por Edin e Shafer (2016).

Rego e Pinzani (2013) fazem uma caracterização fenomenológica da pobreza, caracterizando o pobre como aquele que enfrenta, em primeiro lugar, a falta de condições básicas para uma vida saudável, marcadas pela má nutrição, precariedade de moradia e falta de acesso a serviços públicos de qualidade de educação e saúde. O acesso nulo ou irregular à renda proveniente de trabalho e o trabalho

infantil e conseqüente abandono escolar são outros dois fatores englobados pelo quadro de pobreza no Brasil. Muitas vezes por desinformação sobre controle, ou até por questões religiosas, a alta taxa de natalidade dentro de famílias pobres pode ser vista como outra característica. Por conta de fatores como precariedade de moradia, de materiais de construção, transportes e estradas, por exemplo, o indivíduo em situação de pobreza está mais sujeito a sofrer acidentes, seja dentro de casa ou em momentos de locomoção ou durante a carga horária de trabalho. Por último, existe a falta de crédito, que restringe as possíveis alternativas existentes no que tange os recursos familiares (REGO & PINZANI, 2013).

A intervenção durante a primeira infância (0 a 6 anos), portanto, pode ser determinante na redução do impacto da pobreza sobre as crianças. Existem dimensões importantes para as crianças quando analisa-se o bem-estar, como atuação na saúde e nutrição, no ambiente doméstico, saúde mental, condições da vizinhança, educação e gravidez adolescente. São esses os fatores que mais influenciam e determinam as condições de uma criança em seus primeiros anos de vida.

## **2.2 A Assistência Social no Brasil**

Quando tratamos do tema de Assistência Social no Brasil, temos um histórico recente de regulações e políticas bem estruturadas. O olhar sobre a pobreza como responsabilidade do Estado surgiu apenas na metade do século XX, com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, representando a primeira formalização da ação do poder público perante a assistência social<sup>1</sup>.

Como marco da trajetória no país, temos a Constituição Federal de 1988, responsável pela percepção do combate à pobreza como política pública. Com objetivo de garantir a proteção social do cidadão, o Estado passou a atuar de forma organizada por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Nilson Costa (2009), contudo, traz o cenário antagônico que permeou as diretrizes sociais do país após a Constituição. Enquanto a Carta previa a universalização, o Estado de Bem-Estar Social, e uma responsabilidade estatal perante a proteção social, a política macroeconômica seguia uma lógica neoliberal, com Estado mínimo e foco na estabilização monetária, com o Plano Real. Tal cenário demonstra a subordinação da política social com processos econômicos e de mercados internacionais, o que nos leva a um questionamento da real

---

<sup>1</sup> Fonte: “Ministério do Desenvolvimento Social – O que é Assistência Social”, <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>, acesso em 06/03/2018

aplicação das diretrizes determinadas na Constituição. O autor conclui, nesse sentido, que o sistema de proteção social brasileiro se figura a partir da dicotomia entre a questão fiscal e o aumento de gastos para melhor cobertura das políticas.

Apesar dos avanços, a proteção social tem um desafio referente ao modelo de organização federativa do Brasil. Isso acontece, principalmente, pela possível falta de coordenação entre os entes, que pode acarretar uma desorganização entre as políticas, combinado com a falta de definição de autoridade política, que também está sujeita ao presidente em curso (ARRETCHE, 2004). Tal contexto é permeado pela desigualdade de recursos entre estados e municípios, além da centralização de decisões no Executivo – organização proveniente do Regime Militar, que não foi alterada pela Constituição. Por isso, a universalização tornou-se, teoricamente, a diretriz principal das políticas sociais.

No governo de FHC foi criada uma rede de proteção social formada por diferentes políticas - “Rede Social Brasileira de Proteção Social”. Entretanto, não só os programas como a rede em si apresentou problemas de gestão e coordenação; para que a situação melhorasse, foi criado o Cadastro Único (CadÚnico), que também trouxe diversos desafios no registro das famílias beneficiárias, tendo cadastros duplicados, fragmentados e incompletos (CAMPELLO & NERI, 2013).

Contudo, nos governos FHC começamos a ter uma tendência de focalização dos programas de combate à pobreza, em paralelo à vinculação do aporte federal para o âmbito local aos temas de saúde. Assim, o sistema de proteção social adquiriu um caráter de “mosaico”, com a focalização, a partir de programas como o Bolsa Escola ou Auxílio-Gás, e a descentralização, com o Fundeb ou o Piso da Atenção Básica.

Em seguida, na primeira gestão Lula, o escopo de focalização nos pobres permaneceu. Tivemos como marco o Programa Fome Zero e a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) – posterior Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), quando os programas de transferência de renda começaram a ter foco central do Executivo, com políticas como o Bolsa Família e o renda mínima.

Outro marco institucional relevante na trajetória do setor foi em 2004, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS é resultado da interação de todos os entes federativos, em conjunto com a sociedade civil, a fim de organizar os programas e serviços sociais do país, deixando cada vez mais de lado o caráter assistencialista e voluntário do campo, para vir uma visão estruturada de política pública. Suas ações são divididas entre duas caracterizações, a Proteção Básica e a Proteção Especial. Apesar de ambas terem como foco a proteção da família, a

primeira trabalha na prevenção de qualquer risco que seu público-alvo possa passar, investindo previamente nos cidadãos. Já a segunda trata de casos em que a violação de direitos já aconteceu e, para trabalhar com essas situações, são separados perante a complexidade delas (média e alta). Os casos de média complexidade são aqueles cujos vínculos familiares ainda não foram rompidos, tendo como principal órgão o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

No segundo mandato do Presidente Lula, o Bolsa Família foi transformado no programa central do governo, vinculado diretamente ao presidente, representando a principal inovação de seu mandato. Sua institucionalização foi facilitada por programas já implementados no FHC, com operação similar, como o Bolsa-Alimentação, em que a família também recebia renda por meio de um cartão e tinha condicionalidades que deveria seguir como beneficiária. Nos governos petistas, o Brasil passou por uma transformação nas prioridades dos gastos sociais federais: houve uma redução dos recursos para educação e saúde, universais, e aumento para programas de Assistência Social e Previdência, focalizados.

Ainda hoje, existe o esforço fiscal por parte do Governo Federal para que se ajustem os gastos sociais com as contas públicas, principalmente com a criação de um programa do tamanho do Bolsa. Apesar de ter indicadores de sucesso na redução da pobreza, os índices de educação e saúde permanecem deficitários e pontos de atenção. (COSTA, 2009)

### **2.3 Os Programas de Transferência de Renda**

A proteção social, segundo a Organização Mundial do Trabalho (OMT), consiste em uma série de instituições públicas, normas e programas destinados a proteger os trabalhadores e suas famílias, com o fim de assegurar seus direitos básicos e uma vida digna. Para que isso aconteça, foram estabelecidos o seguro social, a assistência social e a regulamentação do mercado de trabalho. Ao analisar o contexto global de proteção ao cidadão, vemos que tal rede está presente e estruturada em países desenvolvidos, que focam na manutenção da renda e proteção do padrão de vida para todos, tendo um caráter residual. Por outro lado, nos países emergentes, a ênfase está na assistência social, que consiste no apoio do Estado à pessoas em situação de pobreza e pode ser considerada o componente mais forte na redução da pobreza e vulnerabilidade.

Segundo Armando Barrientos (2011), o final do século XX foi significativo no que tange a proteção social em países em desenvolvimento, uma vez que veio acompanhada de novas perspectivas

de pobreza e vulnerabilidade, quando começou a ser vista como um quadro político. Isso ocorreu pois, após crises estruturais, tais países encontraram a necessidade de estabelecer instituições fortes para reduzir e prevenir o quadro de pobreza. Conforme Rego e Pinzani, “a pobreza constitui um sistema paralelo ao sistema econômico formal” (REGO & PINZANI, 2013), ou seja, a pobreza não será erradicada somente por mecanismos econômicos distributivos ou pela criação de empregos; nesse caso, é necessária a ampla intervenção estatal, com estruturas de apoio e atividades econômicas adequadas às necessidades da maioria da população e incentivando formas de trabalho mais próximas à cultura local.

Conforme essa lógica, surgiram diferentes modelos de programas, como intervenções estatais consistentes e multidimensionais, como o da transferência de renda pura, transferência de renda condicionada ao trabalho ou ao capital humano, ou até programas integrados de redução de pobreza (BARRIENTOS, 2011). Foi na logística de substituição de mecanismos clientelistas tradicionais da política social latino-americana que surgiu tal modelo diferenciado de gestão. O objetivo principal do governo era eliminar a pobreza no curto prazo, a partir do aumento de consumo das famílias pela transferência da renda, e fortalecimento de capital humano dos filhos, pelas condicionalidades exigidas aos beneficiários (CAMPELLO & NERI, 2013).

A proteção social no Brasil passou por diferentes etapas, sendo a primeira delas a vinculação com o trabalho, seguida por um padrão de caráter regressivo no período autoritário até sua expansão (BICHIR, 2010). Os programas de transferência de renda começaram em meados dos anos 90 com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cujo objetivo era erradicar o trabalho infantil. Seguido pelo México (Oportunidades) e Chile (Chile Solidário), os programas foram expandindo-se cada vez mais. Foi com a Constituição Federal de 1988 e a redefinição no arranjo federativo que as políticas sociais passaram por uma transformação, tendo a descentralização como norte da mudança, sendo usada como instrumento de universalização. Durante o governo FHC, foram instituídos programas federais como o Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação e Vale-Gás, em 2001.

Todos com o método de transferência de renda, o Bolsa-Escola consistia na cessão de um valor mensal para a família por filho matriculado e frequente no colégio, com objetivo principal de auxílio à famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e impedimento do trabalho infantil. Já o segundo, era um apoio financeiro para famílias com risco de nutrição atrelado a um enfoque preventivo, estimulando os beneficiários a participar de ações básicas de saúde. O Vale-Gás, por sua vez, contribuía

para que as famílias conseguissem comprar gás de cozinha, para que não ficassem sem cozinhar alimentos.

Barrientos afirma que uma das principais dificuldades para os países emergentes é o financiamento e a sustentabilidade dos programas no longo prazo. Em termos absolutos, as políticas não são caras - na maioria das vezes, não passam de 1% do PIB do país; contudo, por dependerem de impostos, algumas nações podem encontrar desafios por conta de contextos de grande percentual de mão de obra informal - um exemplo é a África Subsaariana. Somado a isso, existe também a possível limitação da capacidade do estudo da pobreza e desigualdade, restringindo a análise e mensuração do contexto social e econômico, o que pode acarretar em uma descontinuidade de organização das despesas públicas para proteção social (BARRIENTOS, 2011).

Entretanto, ao analisar o quadro mundial, temos outra questão envolvendo dificuldades dos programas: o modelo massificado que eles podem ter. Existe nos Estados Unidos, por exemplo, uma padronização da política de Assistência Temporária para Famílias em Necessidade (TANF) que não leva em conta o contexto de cada beneficiário, com as múltiplas especificidades de cada família e a existência de subgrupos dentro deles, como os que enfrentam maiores dificuldades de saúde ou educação (DANZIGER, WIEDERSPAN & DOUGLAS-SIEGEL, 2013). Ao mesmo tempo, os programas de transferência de renda são vistos como flexíveis no âmbito que não diz respeito ao beneficiário, na medida em que permanecem na agenda pública independente do governo e de suas diretrizes, ou sofrem modificações mas continuam funcionando com sua atividade cor inicial (CAMPELLO & NERI, 2013).

Sendo a mobilidade econômica entre gerações o indicador central de equidade de oportunidades em uma sociedade, pode-se dizer que os programas sociais visam a melhora e o rompimento do ciclo de pobreza para a próxima geração, e não a vivida no momento presente. Por isso o foco na criança e as condicionalidades relacionadas ao capital humano. Para Danziger e Shanks, a aplicação de uma política anti pobreza sozinha não é suficiente para suprir a lacuna existente no longo prazo. O ideal é a existência de uma rede funcionando de maneira conjunta; embora muitas vezes o problema central da família seja a falta de recursos, a transferência direta destes sem qualquer outro amparo estratégico resulta na continuidade do ciclo, sem qualquer mudança de longo prazo (SHANKS & DANZIGER, 2010).

## **2.4 O Programa Bolsa Família**

Conforme mencionado anteriormente, em 2003, as políticas de transferência de renda ganharam um novo destaque: o Programa Bolsa Família. Criado pelo governo Lula, o PBF incorporou os três programas existentes, unificando-os em uma única política, com operação descentralizada, consolidando e transformando a rede assistencialista já existente (BICHIR, 2010). Consiste em uma “política pública nacional com objetivo de contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza” (CAMPELLO & NERI, 2013). Além de ser uma política focalizada, apresenta três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos e articulação com outras ações.

Os dois primeiros anos do programa representaram seu período de consolidação, com a inclusão de famílias e continuidade de construção do CadÚnico. Nos próximos anos, de 2005 a 2006, aconteceu a institucionalização dos entes federativos e do papel de cada um no programa, principalmente os municípios, criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) – instrumento para medir a qualidade da gestão municipal e estadual e as ações realizadas por tais entes - , melhoras no CadÚnico, além de mudanças na gestão e acompanhamento de condicionalidades; todo esse processo resultou no aumento de famílias inscritas no programa. Os anos seguintes vieram para expansão do programa e correção de eventuais cadastros desatualizados e alguns avanços institucionais. Em 2010, sete anos após a criação do programa, foi atingido o marco de 13 milhões de famílias beneficiárias.

Baseado na transferência direta de uma parcela de renda para a população em extrema pobreza, o programa apresenta duas condicionalidades principais: frequência escolar e cuidados com a saúde básica. Primeiramente, os filhos de seis a 17 anos devem estar matriculados na escola, tendo um mínimo de 85% de presença na sala. Vacinas básica para as crianças e tratamento pré-natal para gestantes beneficiárias, somado à consultas obrigatórias em Unidades Básicas de Saúde fazem parte das condicionalidades de saúde que as famílias devem seguir. Para controlar e acompanhar o desempenho das famílias, é necessário que seja feita uma articulação entre as áreas de assistência social, educação e saúde em torno da população receptora do benefício.

Desde sua criação, representa uma inovação dentro do campo de proteção social. Isso acontece pois, nos países desenvolvidos, os programas sociais estão atrelados à lógica do trabalho. Não consideram, portanto, a característica estrutural do desemprego, cada vez mais presente, principalmente por conta do aparecimento de máquinas nos diferentes processos produtivos. Na América Latina, temos a defesa de outras condicionalidades, como a defesa por educação e saúde básica, utilizando a cidadania como forma de controle social, tendo a exclusão social do indivíduo como aspectos situacional,

buscando o fomento de capital humano e social - no Brasil, tal visão foi estruturada pelo Ministérios do Desenvolvimento Social nos governos Lula e Dilma.

Existe outra visão sobre a existência de condicionalidades nos programas sociais, sejam elas quais forem. De acordo com Ruth Patrick, em contrapartida, as condicionalidades podem representar um meio de intervenção paternalista e controladora na vida do beneficiário, que se sente desumanizado com suas próprias contribuições na condição de cidadão. Somado a isso, existem obrigações que, como receptor da transferência estatal, fazem o indivíduo sentir redução de sua liberdade e autonomia (PATRICK, 2017).

Contudo, a partir de pesquisa qualitativa realizada por Rego e Pinzani (2013, percebe-se uma mudança nos beneficiários e na forma com que se enxergam dentro da sociedade. A transferência de renda não condicionada, ou seja, modelo em que o beneficiário usa o recurso para o que entender ser mais adequado para a própria família, traz uma perspectiva de autonomia e liberdade não existente antes. Existe um *empowerment* por parte desses sujeitos sociais, uma vez que passam a exercer sua cidadania e reivindicar por seus direitos, além de participarem do mercado de consumo brasileiro, antes excluídos. Desse modo, é possível afirmar que “a renda regular em dinheiro é um importante instrumento de autonomia individual e política” (REGO; PINZANI, 2013).

### **3. A Pesquisa de Campo**

A pesquisa de campo foi dividida em dois eixos: o olhar do gestor e o olhar do beneficiário, ambos focados na implementação do PBF. A separação se deu para que fosse possível entender as duas visões, complementares, uma de inserção e entendimento no tema, e outra de vivência.

Primeiramente, foi realizada uma conversa com Ana Marcia Ramos, assistente social de formação, profissional da área de Assistência Social há mais de 30 anos e atual consultora do Ministério do Desenvolvimento Social. O objetivo principal da conversa foi entender o Bolsa Família dentro da perspectiva de Assistência Social, entender seu papel e transformações na área.

A fim de ter uma segunda visão, conversamos com Mariel Deak, mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, cuja tese de mestrado tem como tema “O Bolsa Família no Cotidiano: conexões e desconexões”. Este diálogo foi importante para construção do campo no Jardim Ângela, uma vez que a tese de Mariel é de 2018 e sua experiência seria muito similar a minha futura.

Já com o objetivo de entender melhor o serviço na ponta, foram realizadas três visitas ao SASF (Serviço de Assistência à Família e Proteção Social Básica no Domicílio) IV, na região do Jardim Ângela (mapa abaixo), na zona sul da cidade de São Paulo. A opção por uma localidade urbana deuse, principalmente, pelo objetivo de analisar uma São Paulo não presente no cotidiano da cidade e quase invisível para o Estado.



Primeiramente, falamos com o gerente da organização, Erasmo, para entendermos a estrutura de um SASF, sua articulação com a Assistência Social, o trabalho no cotidiano e seus desafios. Durante esse primeiro contato, entendeu-se como necessária uma outra conversa, mas desta vez com um grupo de orientadoras, burocratas de rua, responsáveis pelo acompanhamento das famílias. Foi a partir das três mulheres que conheci na segunda visita que foi possível chegar às beneficiárias entrevistadas. Assim, combinamos um terceiro dia para acompanhá-las nas visitas domiciliares com as famílias, para observar como funcionava e também para conversar com as beneficiárias.

Durante as conversas no SASF, pensamos em famílias tanto beneficiárias quanto “ex-beneficiárias” do Programa, para assim entender a diferença que a renda provinda da política fazia. Foram escolhidos três perfis de mulheres: beneficiárias do Bolsa Família, ex-beneficiária do Bolsa

Família e uma que quer conseguir o benefício mas nunca conseguiu. Seguindo o objetivo de entender as possíveis transformações da política na vida dessas pessoas e o cotidiano de cada uma, foi selecionada uma pequena amostra da mesma região, mesmas condições sociais, com diferentes estágios em relação ao Bolsa.

Antes de iniciar as visitas, o recorte social e de classe foi essencial, assim como a ideia de que eu estava ali para entender e aprender com elas, e não o contrário. No momento do acompanhamento, tivemos que vestir o uniforme do SASF, que nos identificava como parte da Assistência Social. Segundo eles, a roupa era importante para nossa própria segurança, considerando que o território era extremamente vulnerável. Junto com duas orientadoras, pegamos dois ônibus em direção ao território a ser explorado; chegando no ponto, ainda caminhamos cerca de 15 minutos até a primeira casa.

A diferença da estrutura do local para a da região do SASF era brutal. A vulnerabilidade do território era muito grande, significativa a ponto de me deixar apreensiva, imaginando as condições das vidas que ali residiam. A condição de moradia foi a primeira a ser observada. As ruas eram marcadas por uma falta de infraestrutura básica, muito lixo no chão, um conseqüente odor forte e, por fim, as casas - os barracos.

Dentro deste cenário, caminhamos em busca das beneficiárias pré-selecionadas para ouvir o que tinham para falar, tanto da vida quanto do Programa. Visitamos cada uma delas em suas casas e fomos muito bem recebidas, com convites para um café e disposição para conversar conosco e compartilhar seus relatos. Uma questão que surgiu nesse sentido foi a falta de privacidade a que estão submetidas pessoas em situação de vulnerabilidade que são assistidas pelo Estado.

As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário semi-estruturado para ouvir e guiar a conversa de acordo com a história de cada mulher. Os critérios utilizados na análise foram o efeito do PBF na vida dos filhos, o acesso a serviços públicos, qualidade da saúde e da nutrição familiar, a escolaridade das crianças e o possível desenvolvimento de capital humano.

A técnica da História Oral norteou a metodologia de pesquisa, ainda que não tenha sido implementada com profundidade, por entendermos que a utilização desse tipo de fonte permite construir um discurso de interpretação histórica mais completo. Como apresentado na obra “Envelopes of Sound: The Arte of Oral History”, o trabalho com a fala oral é também importante quando tratamos de diferença de classes sociais; preservar o que foi dito é essencial para a melhor compreensão do contexto estudado. Dessa maneira, buscou-se preservar as principais falas de cada entrevista, para que o diálogo e as histórias contadas sejam fielmente descritas neste trabalho.

#### 4. O Bolsa Família sob olhar do gestor

A assistente social Ana Marcia Ramos trouxe a perspectiva do gestor público dentro do campo da Assistência Social. Ela contou da transformação da área pós 1988, quando o *status* de política pública prevaleceu no campo – apesar de até hoje ser um desafio enfrentar o senso comum que relaciona a assistência necessariamente a um espectro filantrópico. A definição de assistência social como um mecanismo de garantia de direitos através de benefícios e serviços norteou toda a conversa.

Segundo a profissional, temos programas de transferência de renda tais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, ou seja, que envolvem a transferência da renda, e também temos o atendimento à população em geral, por meio de serviços. Atrelado à transformação da área, o Bolsa vem como um programa desvinculado do trabalho, como uma ruptura à concepção pré-88, em que há um elo estrito entre assistência e empregabilidade. Ana Marcia traz o termo de “concepção não contributiva”, com políticas redistributivas de combate à desigualdade que não cobram o emprego do beneficiário, e sim atribuem condicionalidades à recepção do benefício.

Ela traz a concepção de que o benefício da renda deve vir atrelado à proteção social – *“não é só dinheiro que as pessoas precisam para serem protegidas. Muitas vezes, elas têm o dinheiro, mas estão desprotegidas. Uma coisa é você ganhar mil reais e ter acesso à educação e lazer; outra coisa é você ganhar mil e não ter acesso a nada. É o mesmo mil, mas a condição de vulnerabilidade é diferente.”* Nesse sentido, o Bolsa Família existe como uma junção entre o benefício e o serviço. Ana reforça que *“a vulnerabilidade do beneficiário não é necessariamente atrelada à pobreza – talvez a pessoa more em um local de risco, ou estejam passando por uma situação de drogadição, ou de desemprego, ou de ruptura familiar, de violência. Não necessariamente sua condição está relacionada à pobreza.”*

O papel da Assistência Social é garantir o acesso aos serviços e ao benefício, para que a família de fato esteja protegida. Ana traz uma visão nova sobre o cumprimento de condicionalidades do programa: para ela, a família beneficiária que não cumpre o que é exigido pelo programa é a que deve ter a maior atenção do governo, pois ela está em uma situação de maior risco e vulnerabilidade do que a outra, que está recebendo o benefício e cumprindo.

Trazendo para um âmbito de comparação com a saúde, Ana afirma que a assistência social não tem o caráter universal que vemos hoje no SUS. Segundo ela, *“a Assistência Social é de quem dela*

*necessitar*”, e sua porta de entrada é o CRAS, (Centro de Referência de Assistência Social) exercendo o acompanhamento das famílias. Em São Paulo, a assistência social é prestada em parceria com organizações da sociedade civil, não é apenas um serviço estatal – além do CRAS, existe também o SASF (Serviço de Atendimento Sócio-Familiar), uma organização conveniada, que faz o papel do acompanhamento das famílias a partir de visitas domiciliares. Ana comenta da possível falta de força no SASF dentro de serviços públicos, uma vez que unidades estatais têm mais força entre si do que outras organizações ao tentar a articulação com o governo.

Para concluir, Ana trouxe o principal desafio da Assistência Social como sendo a visibilidade que ela tem perante as outras políticas. É importante que este campo se mostre como política pública, para que deixe de ser estigmatizado como aquela que “passa a mão na cabeça de famílias”. Tal visão é crucial para seu funcionamento eficiente, uma vez que ela não faz nada sem ter articulação com outros campos – *“o que as famílias precisam está fora da assistência social. Elas precisam de moradia, de saúde, de educação”*.

A pesquisadora Mariel Deak trouxe uma visão complementar. Além de ter trabalhado em uma empresa de pesquisa, Plano CDE, ela visitou beneficiários do Programa durante seu mestrado, com um objetivo semelhante ao meu. A partir de uma conversa na FGV, Mariel dividiu experiências e opiniões sobre a pesquisa de campo e as visitas domiciliares que foram importantes para um direcionamento melhor definido desta parte da pesquisa.

Nosso diálogo se iniciou com o questionamento a respeito de qual caminho foi traçado até as famílias pela pesquisadora estudadas, na região de M’Boi Mirim, em São Paulo. Como a presente pesquisa, a porta de entrada para conhecer as beneficiárias foi um SASF que continha os orientadores que realizavam o acompanhamento domiciliar para as famílias beneficiárias. Segundo ela, no primeiro momento seria importante observar a dinâmica do serviço e das casas, para assim entender quão factível seria visitá-las, conversar, entendê-las, na medida do possível.

Mariel trouxe a importância do alinhamento da pesquisa com o serviço oferecido pelo SASF, para que não atrapalhasse a rotina de trabalho deles, e por isso buscou, durante seu mestrado, uma autonomia em relação aos gestores e orientadores. Contudo, dentro do cenário em que ia sozinha fazer as visitas e conversas domiciliares, apontou o grande desafio da falta de segurança que os locais visitados poderiam apresentar, considerando o estado de vulnerabilidade do território. Dentro deste contexto, a maneira de se portar ou até de se vestir impacta o modo como o pesquisador se relaciona

com o beneficiário; a noção de que ambos são igualmente pessoas com suas próprias vidas e questões também é essencial.

A conversa com a pesquisadora, em geral, foi essencial para um direcionamento de comportamentos e expectativas do que nos esperava no campo.

#### **4.1 O SASF**

A primeira conversa foi realizada com o gerente do SASF IV, Erasmo. Erasmo trabalha no campo da Assistência Social há 10 anos, tendo passado por programas para jovens, como o Núcleo Socioeducativo, e posteriormente o Programa Ação para Família (PAIF) como supervisor de educadores sociais. Foi em 2011 que foi transferido do PAIF para o SASF, quando foram inauguradas as unidades III e IV na região.

O SASF é uma organização da sociedade civil que existe como braço do CRAS dentro do campo da Proteção Social Básica, com objetivo de “prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, facilitar as aquisições sociais e materiais através do incentivo ao protagonismo das famílias e comunidades do Jardim Ângela, além de desenvolver ações junto a idosos e pessoas com deficiência, dada a necessidade de prevenir o confinamento e o isolamento, por meio da proteção social no domicílio”<sup>2</sup>. Segundo Erasmo, as funções atribuídas à organização deveriam ser realizadas pelo PAIF, mas na cidade de São Paulo foi preciso criar esta nova entidade por conta de sua extensão e demanda por serviços - são 63 unidades no município, sendo quatro delas no Jardim Ângela.

Por conta do escopo de atuação do SASF, com acompanhamento domiciliar, é criado um vínculo entre o burocrata de rua e a família assistida, criando uma relação de confiança entre as partes. Dessa forma, apesar do foco principal da organização ser o serviço da Assistência Social, ele pode se expandir no cotidiano, pois os orientadores também auxiliam as famílias na articulação para resolução de seus problemas e desafios.

No SASF IV, são 16 profissionais: dois operacionais, um auxiliar administrativo, um gerente, quatro técnicos, dois assistentes sociais, um psicólogo, um pedagogo e oito orientadores. Segundo Erasmo, a ideia é que a equipe seja diversa, para que assim tenham visões diferentes dentro da entidade. Sua abrangência de atuação é distrital e compreende um máximo de 1000 famílias - hoje, são 800

---

<sup>2</sup> Fonte: <<http://www.santosmartires.org.br/SASF>>, acesso em 19/07/2018

famílias atendidas pela unidade. A listagem das famílias a receberem o serviço de assistência vem diretamente pelo CRAS e seu banco de dados; pode acontecer também de uma família indicar outra que também esteja em uma situação complicada. Basicamente, são três os critérios para seleção das pessoas: beneficiários de programas de transferência de renda, pessoas em situação de vulnerabilidade e beneficiário do BPC (Benefício da Prestação Continuada). O desligamento delas do programa acontece por motivos de óbito ou de mudança de região - a emancipação do beneficiário é dificilmente o motivo.

Para as visitas domiciliares e acompanhamento, os profissionais são divididos em “microequipes” de três pessoas, sendo uma técnica e duas orientadoras, e cada uma atende uma média de 250 famílias. Elas são responsáveis pela proximidade com as pessoas assistidas, por orientá-las e encaminhá-las para serviços conforme demanda delas. A visita acontece uma vez ao mês, levando em conta que a periodicidade pode mudar conforme a necessidade e vulnerabilidade das famílias, e é acompanhada por um registro realizado pelo próprio SASF e posteriormente encaminhado ao CRAS, com a descrição de cada caso.

Conversamos com uma “microequipe”, que nos explicou operacionalmente como são as atividades da organização. Em dois dias da semana ocorrem reuniões internas, para garantir o andamento e controle de suas atividades com as famílias, enquanto nos outros três as microequipes vão a campo - visitam 8 famílias por dia, além de oferecerem oficinas no próprio SASF para as mulheres das famílias atendidas.

Durante a conversa, perguntamos também sobre os desafios enfrentados pela entidade. Em geral, os problemas são um reflexo do que enfrenta a área de Assistência Social como um todo - o principal desafio é a falta de interesse do poder público em investir no campo e de fato garantir a proteção social das famílias. O Estado está mais preocupado com o gasto monetário do que o trabalho desenvolvido, e isso é percebido também pela forma de fiscalização realizada na organização: procuram-se notas fiscais, não resultados.

Ademais, todo orçamento do SASF é vinculado à Prefeitura, que repassa a verba com seu fim já determinado. Essa condição pode gerar situações em que a própria organização paga o aluguel, pois o dinheiro não contempla esse gasto. O embate constante com o poder público gera uma “relação truncada” que atrapalha a gestão e atividades da entidade.

Outra questão levantada, desta vez pelas orientadoras, foi a dificuldade de desvincular questões pessoais das profissionais. Diariamente, visitam pessoas em situações extremamente vulneráveis, em

sua maioria desassistidas de auxílio estatal, que precisam de ajuda por mínima que seja, um alimento ou um remédio específico e, institucionalmente, elas não podem ajudar. O que costumam fazer é direcionar a família para o caminho em que é adequado, por exemplo na obtenção de um benefício via canais institucionais. Contudo, isso leva a outro desafio, que é a dificuldade de comunicação entre o pobre e o poder público, além dos empecilhos encontrados no transporte necessário até centros de assistência social, como dinheiro do bilhete de ônibus - esse contexto acarreta até na perda de benefícios para famílias que não conseguem chegar ao CRAS para revalidações.

Depois de entender a estrutura de trabalho e desafios da organização, focamos a conversa no tema principal da pesquisa, o Bolsa Família. Perguntamos a opinião de cada um, os prós e contras, como viam o benefício na ponta, considerando o contato quase diário com diversos beneficiários. O principal ponto levantado foram as condicionalidades exigidas pela política e a fiscalização delas perante o beneficiário. Apesar de essencial, o Bolsa pode ser complexo por não levar em conta as questões de cada família - o motivo do não cumprimento das condicionalidades.

#### **4. O Bolsa Família sob olhar do beneficiário**

As conversas com as cinco mulheres foi, se não a mais, uma das partes mais ricas da pesquisa inteira. Ouvir a história de cada uma, a luta de cada uma, foi extremamente importante para os resultados e conclusões do ano inteiro de estudo. A seguir, descrevo da forma mais fiel possível o relato de cada uma, tentando trazer ao máximo as falas e emoções de cada uma ao compartilhar comigo, de forma tão sincera, cada experiência e desafios vividos. Optei por alterar o nome de cada entrevistada para preservar a privacidade de cada uma.

Apesar do contexto ser o mesmo, de extrema pobreza, de morarem na mesma região, de terem alguma conexão com o Programa Bolsa Família, os desafios apresentados são distintos – e mesmo assim, interligados. As duas mulheres entrevistadas que hoje moram sozinhas, Maria e Eugênia, têm problemas de saúde, que invalidam suas possibilidades de encontrar um emprego, o que resulta em um cenário de renda mensal limitada ao Bolsa, com 87 reais. Temos o caso de Ana, com sua filha Suzane, que tem deficiência mental, precisando de atenção o dia inteiro, além de sua filha pequena, que também requer que Ana fique em casa em seus cuidados, impedindo-a de ter um emprego ou mesmo de fazer bicos – assim como outra entrevistada, a Anita. Estela, por sua vez, conta suas estratégias perante a Assistência Social

para que não tenha seu benefício cortado outra vez, uma vez que tem quatro filhos para criar e sua renda mensal, somada à do marido, não é suficiente.

### 5.1 “É melhor pingar do que faltar”

A primeira visita foi na casa de Maria, de 64 anos, viúva e com um filho de 40 anos. Antes de iniciarmos a conversa, Maria perguntou se a minha pesquisa iria “*para os grandões, porque eles precisava saber*” – segundo ela, era importante que os responsáveis pelo Bolsa soubessem o que os pobres enfrentam.

Maria mora sozinha e é beneficiária do Bolsa Família há quase 1 ano, após a morte do marido, com renda mensal de 87 reais. Anteriormente à esta condição, seu marido recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou seja, um salário mínimo, que utilizava para prover comida aos dois e pagar as contas. O BPC veio por conta de uma condição de enfermidade do marido, invalidando qualquer condição de trabalho – Maria tinha a necessidade de cuidar dele, pois ele teve três AVCs e episódios recorrentes de convulsão, que deixavam sua condição cada vez mais frágil, o que também não permitia a ela uma rotina de emprego. Anteriormente a esse cenário, seu marido fazia bicos e ela cuidava de crianças.

Ao conversarmos sobre como o dinheiro era utilizado, Maria falou “*você sabe né filha, que conta não espera*”, e contou que recebe ajuda do filho e dos vizinhos quando eles podem, porque todo mês falta, seja para contas da casa, seja para comida. Hoje, Maria utiliza a renda para pagar conta de água, de aproximadamente 50 reais por mês - segundo ela, é sua prioridade, “*sem água não dá nem pra tomar banho. A conta da luz eu me faço de desentendida, e tem a do gás também*”. Contou que, antigamente, ainda corria atrás para pagar suas despesas, mas hoje não aguenta nem andar, fica muito difícil de conseguir qualquer renda extra, completando com “*parece brincadeira, mas a coisa aqui é feia viu*”.

Em seguida, começou a contar sobre como não tinha mais nenhuma renda por não conseguir mais trabalhar devido a questões de saúde. Nos últimos meses, desenvolveu uma dor no ombro e também está perdendo a visão. Quando questionei a respeito de acesso ao serviço de saúde, contou que às vezes vai a um posto da região, mas que logo avisa ao médico de que só toma medicamento que é distribuído gratuitamente - segundo Maria, muitos solicitam remédios que devem ser comprados em

farmácias. Para o caso de dores insuportáveis, ela pede para alguém próximo comprar a medicação, mesmo sem ter certeza de sua função; ela disse que se sente enganada pelos médicos.

Quando entrou no assunto do sistema de saúde, contou sobre a dificuldade que encontra com os médicos do SUS, uma vez que não há qualquer relação entre eles e o paciente, resultando em uma consulta de baixa qualidade, que não resolve o problema da pessoa enferma. Além de acontecer com ela atualmente, também aconteceu com seu marido, que demorou mais de dois anos para ser diagnosticado com câncer, depois de muitas consultas e exames sem resultados concretos. Para Maria, a ineficiência do atendimento causou a morte de seu companheiro.

No final da conversa, concluiu com “*então, minha vida é essa, fia. Lutando como pode, fazê o quê*”.

## **5.2 “Agora eu já desisti de tudo e só estou vegetando”**

Para chegar na casa da Ana, segunda entrevistada, era necessário descer uma escada de madeira, que dava para a porta de entrada do barraco, exatamente em cima do esgoto a céu aberto. A entrevista foi realizada no único cômodo da casa, composto por uma cama, uma televisão pequena e uma cozinha. Lá mora a família de Ana, que consiste nela com mais duas filhas e um neto de 3 meses - os outros três filhos não residem no barraco, pois um está na Fundação Casa, outro em um abrigo, ambos por envolvimento com droga, e a filha mais velha é casada e mora com o marido.

Pode-se considerar, neste caso, que a conversa foi mais um momento de escuta do que uma entrevista seguindo a lógica de perguntas e respostas. Esse contexto se deu porque sua filha de 22 anos, Silvane, que mora com ela, estava lá e, por ter problemas psicológicos, como esquizofrenia, não conseguimos conversar tanto com sua mãe. O pai dos filhos de Ana também estava na casa, apesar de não ter falado nada - pelo que Ana contou, eles são separados e, além dele não ajudar a cuidar dos filhos, ainda dorme todos os dias na casa deles por não ter um lugar para ficar.

Silvane é usuária de drogas lícitas e ilícitas e, para consegui-las, costuma roubar as pessoas, o que acarreta em um cotidiano permeado por brigas e machucados em seu corpo. Na ocasião da conversa, a menina estava com um hematoma na região dos lábios e um corte profundo na perna, decorrente de um esfaqueamento que ninguém sabe de onde veio. Segundo Ana, Silvane é fator desencadeador de suas maiores preocupações - ademais, seu neto é filho dela, e com apenas três meses já encontra uma série de complicações, correndo risco de vida. Ao longo dos anos, a situação da família

e de seus filhos foi piorando cada vez mais, fazendo com que ela perdesse o emprego, única fonte de renda para as quatro pessoas residentes no barraco. Hoje, Ana não é beneficiária de nenhum programa de assistência social e a família vive apenas de doações, ou seja, não tem renda alguma. Contou que, desde novembro, tenta aplicar para o Bolsa Família, mas sempre tem seu cadastro recusado - segundo ela, por dois motivos: envolvimento com drogas por parte dos filhos e renda mensal zero. Somado a isso, contou que nenhum de seus filhos ia a escola. Segundo ela, *“Eu já tentei de tudo para conseguir o Bolsa Família e uma vida melhora para as minhas filhas, mas agora eu já desisti de tudo e só estou vegetando”*

Em geral, Ana está quase impossibilitada de conseguir qualquer emprego, pois seus filhos demandam sua atenção integral, principalmente Suzane. Já houve tentativas de encaminhamento dela para um CAPS ou um psicólogo, mas nunca teve sucesso, por relutância da menina em ir e por ameaças do pai, que sempre fala que vão abrir a cabeça dela se ela procurar ajuda. Dessa forma, Ana pode ser enquadrada nos casos em que a falta de perspectiva domina seu cotidiano, sem qualquer auxílio do Estado ou planos para o dia seguinte.

### **5.3 “Vai chegar no final do mês e eu vou ter aquele dinheirinho”**

Anita tem 42 anos e mora na mesma casa há 10 anos. Hoje, sozinha com seus três filhos, uma de 5 anos, uma de 17 e o menino de 19. Hoje, por conta da mais nova, não consegue manter um emprego como anteriormente, e por isso vive do Bolsa Família e de bicos para arrecadar alguma renda extra. Sua principal atividade é a reciclagem, que faz com que ela tenha que acordar às 3h30 da manhã em busca principalmente de papelão.

A mãe recebe R\$198 mensais pelo Bolsa Família já há 2 anos que, somado com os “troquinhos” que consegue em seus bicos, mantém os três filhos e ela mesma. Na ocasião, foi atrás do Programa porque sua conta de luz estava vindo muito alta, quase 100 reais por mês, e apesar de estar empregada, *“mal sobrava e a conta não fechava nunca, não dava nem pra comprar comida”*. Nessas situações, o pai das crianças ajudava comprando a comida que faltava.

A principal ajuda do Programa, segundo Anita, vai além da renda: ele traz a segurança e a estabilidade do recebimento mensal da quantia. Em suas palavras, *“A segurança que eu tenho de saber que vai chegar no final do mês e eu vou ter aquele dinheirinho”*. Com a reciclagem, por exemplo, tem dias que ganha 5 reais e outros 50, o que dificulta qualquer planejamento - ela não pode contar com

seus bicos assim como conta com o Bolsa. Dessa forma, fala que “*vai se virando do jeito que pode se virar*”. E complementa “*Uso o dinheiro do Bolsa pra tudo. O dinheiro é pouquinho, mas é um pouquinho que você inclui ele mais uns troquinho e já paga as conta e é assim que eu faço*”.

A relação de Anita com o SASF é bem próxima; o acompanhamento acontece há mais de 5 anos e ela faz questão de participar de todas as oficinas oferecidas pelo serviço. Sua casa tem diversos materiais produzidos durante tais atividades.

### **5.3 “Não tinha de onde tirar e aí vinha o dinheiro do Bolsa”**

Das mulheres entrevistadas, Estela, de 39 anos e Ana, são as únicas que atualmente não são beneficiárias do programa. Estela recebeu a renda por 10 anos, com algumas interrupções como levou a sua situação de hoje - não sabe o motivo de nenhuma das vezes que foi cortada do programa, e todas elas ficou em média 6 meses sem o benefício, até que conseguisse recebê-lo novamente. Apesar da assistente social afirmar que o motivo deste último corte ser que a renda declarada está acima da estipulada para enquadrar-se no Programa, Estela afirma que não declarou nada diferente nos últimos meses - “*que renda milagrosa é essa, que não caiu na minha mão?*”. Em busca de solucionar o problema, foi ao CRAS entender o que poderia estar errado em seu cadastro, e foi informado que estava ok e em três meses ela receberia o benefício. Na data da minha visita, já tinham passado quatro meses e não havia nenhuma novidade.

Ao perguntar de filhos, Estela ainda estava confusa sobre o meu papel ali e me respondeu que tinha dois. Quando expliquei que era estudante e estava realizando uma pesquisa sobre o programa, logo sua resposta mudou para quatro, explicando que, por dois serem maiores de 18 anos e legalmente poderem receber uma renda adicional, ela não os declarava no programa, se não correria o risco de perder o benefício. O mesmo acontece com a renda adicional de sua casa: seu marido - apesar de não ser legalmente casada, o chama dessa maneira - também ajuda nas despesas, mas se declarar isso não se enquadra no perfil. O benefício, com duas crianças, era de R\$198, mas um mês após a filha mais nova nascer, o repasse diminuiu para R\$85, o que leva-nos a acreditar que existe alguma inconsistência em seu cadastro.

Quando recebia o benefício, ela conta como era importante para manter as crianças - todo o dinheiro recebido era destinado a esse fim. Era usado para compra de misturas para almoço e jantar e,

na época em que a filha mais nova, que hoje tem 5 anos, frequentava uma escola no Capão, a renda ia para pagar a perua que a levava e trazia todos os dias - caso contrário, não conseguiria frequentar a escola. Pelo que Estela contou, a prefeitura não aprovou o passe gratuito para locomoção até a escola, apesar de ser uma distância maior que 2km. Enquanto isso, os filhos de sua vizinha, com o mesmo endereço, já conseguiram o passe. Estela foi a escola, conversou com a diretora, que disse que ela não se enquadrava no serviço. Nesse momento da entrevista, uma latinha de cerveja amassada caiu ao nosso lado, juntando-se com o restante de lixo que havia pelo chão na entrada da casa.

A história da atual ex-beneficiária evidencia a dificuldade de comunicação entre os órgãos públicos responsáveis pelos serviços e benefícios e o cidadão - se esta barreira existe até para indivíduos com melhores condições de vida, quem dirá para os que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa falta de canais bem difundidos para resolução de problemas pontuais ocasiona na perda de benefícios, na recusa de transferências, prejudicando ambos os lados - o Estado por não cumprir seu papel de provedor da proteção social, e o indivíduo por não ver saída para a situação em que se encontra.

#### **5.4 “Um pouquinho aqui, um pouquinho ali”**

Eugênia foi a última mulher visitada. Com 52 anos, mora em um barraco comprado por ela em 2003 pelo preço de 3 mil reais, na época ainda sem teto nem piso - contou que com o dinheiro arrecadado com o crochê que fazia na ocasião, conseguiu colocar as telhas que hoje ainda cobrem sua moradia e cimento no chão de terra. É ex-presidiária, separada, e tem quatro filhos: uma de 34 anos, um de 36, preso, um de 22, também preso e a mais nova, com 17 anos. A filha mais velha é casada e cuida da de 17 anos desde seu nascimento, uma vez que a época coincidiu com a prisão de Eugênia, que durou 6 anos e 11 meses. O motivo do encarceramento foi tráfico de drogas, encabeçado pelo seu então marido (ainda preso) - ela contou que não tinha o menor conhecimento do envolvimento de seu companheiro com tais atividades ilícitas; no caso, foi presa como cúmplice da atividade. Enquanto ela cuidava do padrasto em São Paulo, ele ficava em um sítio no interior do Paraná com os pais. Foi durante uma visita ao sítio que Eugênia foi pega, junto ao marido.

Quando Eugênia saiu da penitenciária, estava muito doente, havia ficado seis meses internada durante o período encarcerada, aguardando uma cirurgia que não foi feita, resultando em complexidades de saúde ainda maiores. Hoje, os problemas ainda não foram tratados e são cada vez

mais agravantes - Eugênia tem artrose nos ossos, problema nos rins e no fígado e entupimento das veias da perna. Ela frequenta o mesmo posto de saúde de Maria e conta que “*com a médica de lá, só Jesus na causa*”. Com a necessidade de fazer a cirurgia que já estava atrasada, Eugênia foi encaminhada ao Hospital São Luiz; chegando lá, o médico mal a examinou e a receitou apenas um remédio, que foi tomado por ela conforme orientações e não resolveu seu problema. Até hoje, continua com suas dores.

Ela é beneficiária do Bolsa Família há 1 ano, recebendo 87 reais mensais. Um dos remédios que toma custa R\$105. Um mês a renda é utilizada para comida, no outro para medicação - neste caso, sua filha mais velha paga a diferença. Segundo ela, “*tenho que me dividir que nem uma laranja, um pouquinho aqui, um pouquinho ali*”. Até abril deste ano, seu filho ajudava com os gastos da casa e morava com ela, o que era importante não só pela renda complementar, mas pela companhia que ele fazia para mãe. Contudo, ele começou a se envolver com o crack e em maio foi pego pela polícia equivocadamente, ao ser confundido com um traficante.

Hoje, Eugênia mora sozinha em seu barraco e se esforça diariamente para encontrar um advogado que defenda seu filho e a ajude na luta por sua liberdade. Por conta de seu estado de saúde, não consegue procurar emprego e depende diariamente da renda provinda do Bolsa Família, que sirva como base para sua sobrevivência.

#### **4. 6. Os limites persistentes do Bolsa-Família**

O conjunto entre o aprofundamento teórico nos temas de pobreza e desigualdade e políticas públicas, com foco nos Programas de Transferência de Renda e, mais especificamente, no Bolsa Família, e a experiência de campo e entendimento de cinco diferentes situações de vulnerabilidade, com contextos similares, foi possível concluir limitações e desafios presentes no tema.

Apresento a seguir os principais pontos observados, como a necessidade de articulação entre políticas de proteção social para o efetivo combate às situações de pobreza, ou seja, a noção de que o Bolsa Família não resolverá, sozinho, os desafios enfrentados pelas famílias diariamente. Em segundo lugar, nesse mesmo sentido, temos a urgência existente em um sistema de saúde de qualidade – três das cinco mulheres entrevistadas apresentavam alguma questão de saúde que as impedia de trabalhar e gerar renda, seja elas mesmas ou algum filho, como o caso de Ana. O terceiro ponto levantado é uma crítica institucional ao Programa e sua rigidez; sendo uma política que trata de situações vulneráveis,

pode-se dizer que falta o entendimento de que o não cumprimento de condicionalidades impostas ao beneficiário é, na maioria das vezes, um sinal de maior precariedade do cotidiano da família. O último traz novamente a base para o combate à pobreza: a necessidade de uma rede de proteção social eficaz e bem articulada.

### **6.1 A permanência da invisibilidade**

O aspecto inovador trazido pelo programa, de autonomia e liberdade, se revela, muitas vezes, insuficiente. De fato, o Bolsa traz uma abertura para o beneficiário, no sentido de desvinculação do uso da renda transferida, que é crucial para a organização e direito de escolha do indivíduo. Entretanto, a partir das conversas com as mulheres entrevistadas, é possível reafirmar o aspecto de invisibilidade presente no cotidiano de cada uma, seja ela sozinha ou com família. O Programa vem como um auxílio mensal, mas não como a solução de qualquer desafio - pelo menos não nos casos de pessoas na linha ou abaixo da linha da pobreza.

A condição de vulnerabilidade permanece mesmo com o benefício pois são diversas as dimensões de pobreza que envolvem o pobre. A mais aparente, primeiramente, é a da moradia. As condições precárias das casas visitadas durante o campo revela a necessidade estrutural das famílias, uma vez que todas apresentavam algum risco, seja a falta de um teto sólido que proteja o abrigo, como Eugênia, ou a insalubridade, no caso de Maria, ou até mesmo o local em que está disposta - em cima de um esgoto a céu aberto, como no caso da Ana.

Não só a pessoa pobre vive em condições precárias, no momento em que ela recebe qualquer auxílio do Estado, fica cada vez mais difícil manter sua própria privacidade, um direito que deveria ser dela. O acompanhamento domiciliar e a checagem de cumprimento de condicionalidades são dois exemplos de como, para ser beneficiário de alguma política, o indivíduo ou família precisa estar literalmente de portas abertas para funcionários públicos e visitas em sua casa. Parece que a concessão de autonomia pretendida pelo Bolsa é anulada com a falta de direito à privacidade de seus beneficiários.

### **6.2 O precário acesso a serviços públicos e a questão da saúde**

Um dos aspectos estudados durante a pesquisa e observados no campo foi o acesso das famílias beneficiárias a serviços públicos. Quando questionadas sobre o assunto, Maria, Ana e Eugênia compartilharam relatos de desafios encontrados principalmente na área da saúde. Todas frequentam o posto do SUS de sua região e conseguem marcar consultas para seu respectivo problema. Contudo, a

questão da saúde entra, nesses casos, na qualidade do atendimento do serviço público, principalmente do médico.

Em todos os casos, a saúde é o motivo principal para a falta de emprego. No caso de Maria, seu marido teve câncer - diagnosticado tardiamente -, e não recebeu o tratamento adequado, invalidando-o para qualquer atividade de retorno financeiro, ainda com a necessidade de acompanhamento 24h, o que também tirou Maria do mercado de trabalho, mesmo que informal. Hoje, Maria apresenta diversas dores que não estão sendo tratadas, pois não há renda para a compra de remédios e não há atenção dos médicos para sua condição de vulnerabilidade.

Para Ana, não há auxílio ativo do Estado para sua filha com esquizofrenia ou seu neto, que está em uma condição fraca, com diversas complexidades que podem desencadear seu óbito ainda como bebê. Já para Eugênia, a dificuldade de acesso ao serviço de saúde de qualidade vem desde sua época encarcerada, quando ficou seis meses aguardando uma cirurgia, não realizada, e saiu da prisão ainda com estas dificuldades, que a impediram de buscar um emprego e, até hoje, dois anos depois, não recebeu o tratamento devido, além de ter que se desdobrar para comprar remédios que não solucionarão, definitivamente, seus problemas.

Portanto, pode-se afirmar que a falta do serviço de saúde, mais do que o de educação, tem um impacto imediato na vida das pessoas e parece que o Estado não está apto para lidar com essas situações. Assim como no filme “Eu, Daniel Blake”, apesar de serem condições de vida distintas, as mulheres entrevistadas se encontram em um ciclo de pobreza sem perspectivas. Isso porque não recebem o atendimento digno do médico, conseqüentemente não resolvendo seus problemas de saúde, além de muitas vezes não conseguirem tomar as medicações recomendadas, o que leva à uma impossibilidade de conseguir um emprego regular - no máximo algum bico pontual -, que impede que tenha uma renda além do Bolsa Família, piorando ainda mais sua condição de vida. Dessa forma, a pessoa que fica doente tende a ficar ainda mais pobre e sem alternativas, em uma posição que pode piorar cada vez mais, tanto no sentido de renda quanto no de saúde.

### **6.3 A rigidez das condicionalidades**

Apesar de ser visto como flexível por permanecer na agenda pública independente da gestão do governo (CAMPELLO & NERI, 2013), o Bolsa Família traz um aspecto rígido perante seus beneficiários, principalmente quando tratamos das condicionalidades e do corte do benefício pelo seu não cumprimento. A crítica aqui não é a respeito da existência ou não de condições que o indivíduo

deve seguir para continuar recebendo a renda, mas sim da perspectiva apresentada pela política pública perante estes casos.

Um aspecto observado durante a pesquisa, como resultado deste cenário em que vulnerabilidades maiores podem te tirar o programa, foi como as pessoas podem burlar o sistema para se adequarem aos requisitos da política. Um exemplo disso é Elizângela, que deixa de declarar seu marido e dois de seus filhos para que não haja risco de ser contabilizada qualquer renda extra e ela perca benefício - apesar de hoje ter sido cortada. Para ela, o Bolsa foi usado para pagamento da perua escolar de sua filha mais nova, que não conseguiria estudar sem este transporte, e após a mudança da escola para um mais perto, o dinheiro ia para compras de misturas para serem feitas em refeições da família, melhorando por pouco que seja a qualidade da alimentação da casa.

Falta a percepção por parte do Governo de que, na maioria das vezes, a família que não cumpre os requisitos mínimos do programa se encontra em uma situação ainda mais vulnerável do que aquela que cumpre - apesar de este não ser especificamente o caso de Elizângela. O corte do benefício para esses casos rompe com o objetivo de proteção social que o Estado teoricamente tem.

#### **6.4 A frágil rede de proteção social**

A abordagem das políticas sociais sobre o beneficiário foi estudada desde o início da pesquisa, com Danziger e Shanks criticando sua aplicação, uma vez que é necessária uma rede de atuação conjunta para de fato suprir a necessidade do pobre - uma política sozinha nunca será suficiente, considerando também a multidimensionalidade da pobreza, pois seu impacto não se estenderá no longo prazo (SHANKS & DANZIGER, 2010).

Ana Márcia trouxe justamente essa percepção durante nossa conversa, quando afirmou que a transferência da renda, por exemplo, não cumpriria qualquer papel de emancipação do indivíduo ou família se não vier acompanhada de outros serviços e iniciativas - um exemplo disso é o caso mencionado do acesso deficitário ao serviço de saúde. Para Erasmo, adicionalmente, o cenário de falta de respaldo na proteção social existe porque não há interesse do Estado de que as famílias adquiram autonomia. Políticas sozinhas não ofertam os mínimos sociais necessários, fazendo com que o beneficiário torne-se dependente do serviço. No SASF IV, os únicos motivos de desligamento do programa, por exemplo, é a alteração de dados da pessoa por algum equívoco do sistema ou o óbito.

Sob a perspectiva geracional da pobreza, em que uma criança exposta à condições de vulnerabilidade é mais suscetível a permanecer nesta posição do que prosperar, somado às

consequências físicas e psicológicas futuras, a análise situacional realizada com as mulheres entrevistadas confirma tais levantamentos. Isso ficou evidente quando todas as cinco entrevistadas tinham pelo menos um dos filhos envolvidos com drogas.

O Bolsa Família, portanto, apesar de ter condicionalidades que contemplam os serviços de educação e saúde, não garante a qualidade deles para a família - pelo que foi estudado, o acesso aos serviços não significa que eles sejam efetivos e cumpram seus objetivos.

## **5. Conclusões**

Iniciei esta pesquisa com uma ideia em torno do Bolsa Família que, apesar de não ter sido refutada em qualquer momento, ampliou-se à uma gama de percepções, tanto positivas quanto negativas. Com o objetivo principal de entender e analisar os efeitos na vida do beneficiário e identificar as principais mudanças em suas vidas, fui em busca de pessoas que me contassem, para além da literatura, como o programa é importante em cada cotidiano.

É possível dizer que o estudo teórico me ensinou sobre o tema, formando a base necessária para entender o assunto em termos acadêmicos. Entendi que, ao estudar pobreza, o pesquisador entra em âmbitos distintos da análise, entendendo seu aspecto multidimensional, que abrange componentes para além do dinheiro, ou capital econômico, abordando também o capital humano e cultural (BOURDIEU, 1979). O pobre tem carências além da falta de renda – o precário acesso a serviços públicos básicos, a falta de oportunidades, o contexto de moradia vulnerável, a região em que vive, com contextos de violência recorrente, entre outros. Todo este contexto contribui para um contexto de estratificação social – segundo Davis e Moore (2011), por meio da desigualdade social, as sociedades asseguram que as posições mais importantes são conscientemente preenchidas pelas pessoas mais qualificadas.

Levando em conta o fenômeno cíclico de situações vulneráveis, entendeu-se também a importância do componente geracional em uma política pública de combate à pobreza. As consequências físicas e psicológicas da exposição à pobreza na infância são determinantes para o restante da vida do indivíduo – mesmo que haja uma melhora social na família, o contato com situações de vulnerabilidade na primeira infância pode ser determinante em diretrizes futuras.

Ao entrar em um aspecto prático da pesquisa, o foco no Bolsa Família foi importante para maiores direcionamentos da análise. Apesar de ter estudado a política por meio de bibliografias, entendendo sua operação, forças e desafios, foi a experiência de campo que formou minhas percepções e opiniões, quando as críticas e questionamentos foram sendo formados. Um desafio que permeou a

experiência de campo foi o número de famílias entrevistadas. Por uma questão logística e limitações de rotina, foram entrevistadas cinco mulheres – um número reduzido ao que era esperado no início da pesquisa.

Entretanto, foram essas cinco mulheres, junto com os assistentes sociais do SASF, que me ajudaram a entender que o sucesso do Programa não significava que ele não tinha suas (muitas) limitações. Ir até o território vulnerável que eu tanto lia a respeito e conversar com as pessoas inseridas em situações que eu só “ouvia falar” foi a parte mais importante, na minha opinião, da pesquisa. Foi com eles que entendi a importância de uma rede de serviços em volta da pessoa vulnerável - e percebi, finalmente, que não seria apenas a condição de beneficiária do Bolsa que traria isso. Ademais, entendi empiricamente o impacto da infância na pobreza para a vida de uma criança – ao conversar e observar os filhos de Estela, por exemplo, ou os de Ana, que encontram-se em situações de fragilidade, sem perspectivas de longo prazo. O questionamento sobre a questão da autonomia veio também muito forte – o Bolsa Família traz para seu beneficiário a liberdade da não vinculação da renda transferida a qualquer tipo de gasto específico -, uma vez que esta característica não necessariamente tira o beneficiário do seu contexto invisível, ele pode permanecer quase desassistido pelo Estado, apesar de receber mensalmente sua quantia.

Em geral, o ano de pesquisa mostrou que apesar de qualquer déficit, o Bolsa Família é essencial para situações de vulnerabilidade - e, em alguns casos, até mesmo para a sobrevivência. Em duas das cinco mulheres entrevistadas, o benefício é a única renda mensal em suas casas. Além de ser uma ajuda no sentido monetário e de poder de compra, representa uma estabilidade nunca antes vivida - a certeza de que, no final do mês, uma quantia será depositada, independente do quão difícil tenha sido o período. Na experiência empírica ficou muito claro, na medida do possível, da luta diária que é se equilibrar na corda bamba que é viver apenas com o benefício do Bolsa Família.

O estudo sobre o tema traz inúmeras ramificações, que apenas aumentaram ao longo do ano, na medida em que fui entendendo os diferentes aspectos que o englobam. Dentro deles, o que mais me chamou atenção para pesquisas futuras foi a importância de uma rede de proteção social no combate à pobreza. Entendi, de forma geral, que uma política sozinha não resolverá o contexto de vulnerabilidade de famílias – somado ao fato de que, mesmo que haja uma rede, se as políticas não forem articuladas e eficazes tanto sozinhas quanto em conjunto, a situação também não será resolvida. Nesse sentido, se o objetivo for estudar o combate à pobreza, é necessário entender o que compõe a ação do Estado e qual o papel do poder público em suas diferentes dimensões – atuação do poder local, por exemplo. Durante

o ano e principalmente na segunda parte da pesquisa, entendi que o Bolsa Família não é efetivo para tirar uma pessoa da pobreza se ela não tem outras políticas que a assistem, como por exemplo o acesso digno a um serviço de saúde.

A pesquisa buscou analisar o cotidiano do beneficiário do Bolsa Família na periferia de São Paulo, especificamente na região da Zona Sul, no Jardim Ângela. Foram descritas cinco situações diferentes de pobreza, tendo todas um interlocutor feminino, demonstrando as diferentes situações que famílias, ou indivíduos sozinhos, estão suscetíveis. Entendeu-se as limitações do Programa, que ficaram muito mais explícitas na prática, contribuindo para o debate sobre proteção social no Brasil.

## 6. Referências

- FIELDS, Gary S. *Distribution and Development: A New Look at the Developing World*. Cambridge University Press, 2001.
- REGO, Walquiria Leão & PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- COHN, Amelia. *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.
- BROOKS-GUNN, Jeanne; J. DUNCAN, Greg. *The Effects of Poverty on Children*, 1997.
- BARRIENTOS, Armando. Social protection and poverty: . *INTERNATIONAL JOURNAL OF SOCIAL WELFARE*, , p. 240-249, 2011.
- PATRICK, Ruth. Wither Social Citizenship? Lived Experiences of Citizenship In/Exclusion for Recipients of Out-of-Work Benefits: . *Social Policy & Society*, , p. 293–304, 2017.
- EDIN, Kathryn; SHAEFER, H. Luke. *\$2.00 a Day: Living on Almost Nothing in America*. 1. ed. Boston: Mariner, 2016.
- BICHIR, Renata. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos Estudos CEBRAP (Impresso)*, v. 87, 2010.
- CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelos Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, 2013.
- DEAK, Mariel. O Bolsa Família no cotidiano: conexões e desconexões em um território vulnerável. São Paulo, 2018.
- SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Revista Esboços*, p. 218 a 228.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.73-79

ARRETCHE, Marta. FEDERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, p. 17-26, 2004.

DANZIGER, Sandra K.. We're not all deadbeat parents: Welfare recipient voices on unmet service needs. *Journal of Poverty*, , p. 305-330, 15 jul. 2013.

DO ROSÁRIO COSTA, Nilson. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula: . *Ciência e Saúde Coletiva*, , p. 693-706, 2009.

GOOGLE MAPS. [Localização SASF IV]. [2018]. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Av.+Comendador+Sant'Anna,+1932+-+Cap%C3%A3o+Redondo,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP,+05866-000/@-23.6826786,-46.7717071,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94ce5247aadcc9e1:0xefb6885d571b83ca!8m2!3d-23.6826835!4d-46.7695184>, acesso em 15.07.2018

## **Anexos**

### **I) Roteiro**

1. Quantos filhos têm na família? Qual é a idade de cada um?
2. Quanto é a renda mensal da família? Quanto cada um contribui para este total?
3. Qual é a escolaridade de cada um dos filhos?
4. Qual a opinião da família em relação à renda provinda do PBF e ao programa em si?
5. Qual era a situação socioeconômica da família antes de se tornar beneficiária do Bolsa Família?
6. Qual foi o maior efeito que o Programa causou na vida da família nos últimos 10 anos?
7. Como era a casa da família há 10 anos? Ainda moram no mesmo lugar?

8. Como é o acesso a serviços públicos por parte tanto dos pais quanto dos filhos?

II) Foto no terceiro dia do encontro, dia das conversas com as cinco mulheres:

